



Cidadão de Papelão: Uma Análise do Projeto A Comunicação Como Ferramenta da Garantia dos Direitos da Criança e dos Adolescentes¹

Bruno RIBEIRO²
Gyl Dayanna CARVALHO³
Norma MEIRELES⁴

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

RESUMO

Esse artigo discute a responsabilidade do jornalismo perante a garantia dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, analisa o enfoque que a mídia paraibana dá as notícias relacionadas ao tema e apresenta o projeto “A Comunicação como Ferramenta da Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente”, que tem por objetivo assegurar maior divulgação nos meios de comunicação da Paraíba das ações e atividades que tratam do assunto. O projeto pretende melhorar a articulação e a comunicação entre órgãos oficiais e entidades que atuam na garantia de direitos para crianças e adolescentes. O principal veículo para a divulgação das ações é o site Criança.pb5: o site é uma agência de notícias que visa disseminar a cultura de proteção e defesa dos direitos da infância e da adolescência.

PALAVRAS-CHAVE: responsabilidade social; imprensa; jornalismo; ECA.

DO PAPEL PARA O PAPELÃO

O termo “cidadão de papel” foi criado pelo jornalista Gilberto Dimenstein no seu livro de nome homônimo em 1995. Segundo Dimenstein, a cidadania das crianças brasileiras é garantida nos papéis, uma vez que temos um dos estatutos de proteção à criança e ao adolescente mais avançados do mundo, mas não existe na prática (DIMENSTEIN, 1995, p. 8).

Os números de violência contra crianças e adolescentes na Paraíba são assustadores: só em 2009 houve 4024 casos de violência contra meninos e meninas. Desses, 1158 foram abusados sexualmente, 1247 foram vítimas de negligência, 848

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

² Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Radialismo da UFPB, email: m.brunno@gmail.com.

³ Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Radialismo da UFPB, email: gyl.dayanna@gmail.com.

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social da UFPB, e-mail: norma.meireles@gmail.com



sofreram violência psicológica, 407 crianças e adolescentes foram fisicamente violentados e 355 explorados sexualmente. Além desses números, foram registrados 186 atendimentos de adolescentes em medidas socioeducativas (RICARTE, 2010a).

Os níveis de violência contra crianças e adolescentes continuam crescendo a cada dia. Dados recentes divulgados pela promotora da infância e juventude, Soraya Escorel (apud, RICARTE, 2010a), mostram que 87,5% dos casos registrados pelos Centro de Referência Especializada da Assistência Social (Creas) têm como vítima o público infanto-juvenil. Sob responsabilidade do Estado, os Creas atenderam 2.358 vítimas de violência. Dessas, 2.050 foram crianças e adolescentes.

Ainda pelos dados divulgados pela Secretaria da Saúde da Paraíba, houve 963 casos de homicídios com crianças e adolescentes de zero a 18 anos nos últimos nove anos. Esses números aproximam a Paraíba do Estado de Pernambuco, líder do ranking nacional de homicídios contra crianças e adolescentes. A pesquisa também revela que o número de mortes mais que dobrou nos últimos nove anos na Paraíba, saindo de 70, em 2000, para 144 vítimas anuais em 2009 (RICARTE, 2010b).

Mesmo com significativos avanços no Estado nas áreas de saúde e educação, a Paraíba ainda tem um alarmante número de violência contra o público infanto-juvenil. Para Dimenstein (1995, p. 8), os números da violência contra crianças e adolescentes revelam um fiel espelho do nosso atual estágio de desenvolvimento. Assim, alguns pontos saíram literalmente do papel, como o acesso a educação e a saúde.⁵ Mas outros, como é o caso da violência, continuam crescendo cada vez mais. Outro dado preocupante é a cobertura que a imprensa paraibana dá a maioria desses casos.

ESTÁ TUDO ESCRITO

Para mudar essa realidade, a mídia regional tem um papel fundamental. Os meios de comunicação são uma das mais importantes instâncias de socialização de crianças e adolescentes. A Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU de 1989 ressaltou a necessidade do desenvolvimento de um sistema de mídia que promova os direitos e proteja de forma específica o público infanto-juvenil. A Declaração de

⁵ Dados do INEP (apud RIBEIRO, 2010) revelam que em 2008, 91,8% das crianças paraibanas em idade escolar (4 a 17 anos) estavam freqüentando a sala de aula. Esses números mostram um avanço em relação aos anos anteriores: 2007 era 90,2% e em 2005 89,3%. Entretanto, o estado continua com altos índices de evasão escolar: só em 2009, 109 mil crianças abandonaram a escola.



Grünwald sobre Educação para a Mídia, feita pela UNESCO em 1982 revela bem esse fato ao afirmar que:

Vivemos em um mundo onde as mídias são onipresentes [...]. Mais do que condenar ou justificar o seu inquestionável poder, urge aceitar o seu significativo impacto e a sua difusão por meio do mundo como fato consumado, valorizando ao mesmo tempo a sua importância como elemento de cultura no mundo moderno (UNESCO, 1982).

Atualmente a mídia é um elemento central para a socialização de crianças e adolescentes, seja por seus impactos positivos ou negativos. O cientista político Guilherme Cancela (apud ANDI 2009) ressalta isso ao afirmar no seu artigo “Meios de Comunicação e o Desenvolvimento Integral de Criança e Adolescentes” que:

Não podemos ler, analisar e compreender as potencialidades da mídia na sua relação com as crianças e adolescentes apenas a partir de conseqüências negativas ou positivas. Os meios podem gerar os dois extremos e, em vários casos, podem não ter conseqüência alguma.

Assim, a mídia deve ser vista como fator fundamental para o desenvolvimento da educação da sociedade. Dimenstein (1995) endossou esse pensamento afirmando que “a mídia é um fator fundamental para o desenvolvimento de uma nação, portanto exigir que somente a escola cuide da educação é uma covardia”

Assim, além de ser um direito fundamental e uma necessidade básica humana, a comunicação torna-se um instrumento de defesa dos direitos humanos e da cidadania, principalmente agora, quando a violação desses direitos tem sido cada vez mais praticada. (OLIVEIRA, 2004). A grande mídia é indispensável na educação para a cidadania. Como parte da sociedade civil e do Estado, os meios de comunicação têm o papel educativo e político na conquista da cidadania, sobretudo quando dá visibilidade aos problemas e busca apontar saídas.

É o jornalista quem faz circular valores, interesses. É ele quem mantém acesa uma interpretação de mundo, ao ter o poder de serem os olhos de outros homens, ao ter o poder de ser o coração de outros homens. (DUARTE apud IJUM, 2009).

A contribuição da mídia através da cobertura de temas como: violência praticada contra crianças e adolescentes, falta de respeito e cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), passa a ser um indicativo de seu papel educativo. A hipótese da



agenda-setting corrobora com responsabilidade dos jornalistas perante a sociedade. Para

Shaw:

Em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público é ciente ou ignora, dá atenção ou descuida, enfatiza ou negligência elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas tendem a incluir ou excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo. Além disso, o público tende a conferir ao que ele inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos meios de comunicação de massa aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (apud WOLF, 2005, p. 143).

Segundo Thompson (1995), a maioria do conhecimento que as pessoas têm dos fatos está além do seu meio social imediato é, em grande parte, derivado da recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia. Assim, quando a mídia se omite da tarefa de abordar alguns temas, o conhecimento da sociedade sobre o assunto será influenciado por essa ausência. Ainda segundo Dimenstein (apud PAIVA, 2004) “à mídia cabe o papel de estimular ‘a grande rede de educação’ do País”, exigindo uma postura mais responsável dos meios de comunicação.

JORNALISMO (DES) COMPROMISSADO

A mídia nacional (e a paraibana, em particular) anda muito aquém de sua responsabilidade. Estudos feitos pela ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância) e por outros grupos que se interessam pela temática têm demonstrado que é necessário questionar o nível de compromisso social do jornal e dos profissionais com a qualidade da informação em prol dos direitos da criança e do adolescente.

Na maioria das notícias, crianças e adolescentes são apenas números e estatísticas. Geralmente, as matérias que trazem violência contra crianças e adolescentes são, com raras exceções, desprovidas de contextualização, priorizando a descrição dos fatos para formar uma matéria quente e sensacionalista (OLIVEIRA, 2004).

É bom lembrar que de modo geral, toda notícia é um produto e tem características comerciais. Em outras palavras, as empresas precisam vender seus produtos (no caso, as notícias). O jornalista precisa se preocupar com a linha editorial da empresa e, ao mesmo tempo, ter compromisso com o público. Desse modo, a notícia se torna uma mercadoria, um veículo ideológico e um agente político (MORAES, 2009).



Mas isso não significa necessariamente que a imprensa pode ser irresponsável a ponto de ter que divulgar apenas o que vende ou o que lhe convém.

A crítica que os estudos da ANDI e os pesquisadores da temática fazem não se deve ao fato de que a imprensa publicou casos de violação do Estatuto da Criança e do Adolescente, e sim ao fato de que deveria cumprir seu papel social de priorizar a difusão da defesa dos direitos estabelecidos na constituição. Os resultados do estudo “Balas Perdidas” apontaram que a imprensa deixa a desejar na cobertura de matérias retratando crianças e adolescentes:

O leitor poderá ficar estarecido diante da constatação mais do que evidente de que, na imprensa, a violência não é tratada como fenômeno social, mas somente como uma mera sucessão de casos. De muitos casos, aliás, porque multiplicam-se as matérias sobre agressões e crimes, mas num esforço que se reduz a balas perdidas – tão raras são as investigações jornalísticas que tornam plural a visão sobre o fenômeno (ANDI, 2001).

Como bem afirma Cotta (1997, p. 11), os jornais contemporâneos: “ficaram perfeitos, bonitos e coloridos, mas não progrediram no pensamento novo. Não avançaram nada na capacidade de criticar e debater os temas nacionais.”

Assim, apesar da imprensa noticiar violações dos direitos garantidos pelo Estatuto da criança e do adolescente, ainda se encontra muito aquém do que deveria fazer para conscientizar a sociedade. O que a mídia deveria fazer era ir além da notificação, contextualizando as matérias, apontando possíveis soluções, servindo assim como instrumento para balizar as transformações possíveis e necessárias na defesa dos direitos garantidos pela constituição. As reportagens precisam ir além do mero denunciamento:

A violência infanto-juvenil é um fenômeno mundial e, para compreendê-la, é preciso contextualizá-la, ou seja, visualizando-a no contexto de uma sociedade específica, reconhecendo que toda violência é social, histórica e envolve determinantes econômicos, jurídicos, políticos e tem influências culturais (RODRIGUES, 1999).

Quando a ANDI publicou o estudo “Balas Perdidas” (2001), o grupo de consultores convidados para analisar o contexto da violência no universo de crianças e adolescentes constatou três principais mitos na imprensa nacional: hiperdimensionamento (a maior parte dos crimes cometidos por jovens são leves e, além



disso, adolescentes são responsáveis por apenas 10% dos delitos); periculosidade (há uma super-representação de casos de crimes violentos e uma sub-representação de crimes não-violentos e também uma descontextualização da notícia); e impunidade (as poucas informações não dão conta do sistema sócio-educativo).

Com relação ao projeto “Mídia dos Jovens”, o grupo de estudo da ANDI apontou as dificuldades encontradas pela imprensa na cobertura da questão da violência envolvendo crianças e adolescentes:

Quando a Violência que envolve crianças e adolescentes está no centro da pauta, a imprensa brasileira continua tendo dificuldades de atingir o alvo. [Isso fere] fundo o direito do leitor por uma informação de qualidade, pluralista e propositiva: A Mídia Jovem oferece bons exemplos da contribuição que a imprensa poder dar ao enfrentamento das questões associadas à Violência, só que o volume de reportagens é insignificante – 70 textos num universo de 10.940 inserções veiculadas ao longo de 12 meses; e a cobertura diária do tema pelos 46 principais jornais brasileiros é extensiva – 14.905 matérias clipadas no mesmo período. Só que aproximadamente 80% delas são baseadas nos Boletins de Ocorrência das delegacias de polícia (ANDI, 2001, P.7).

ANÁLISE DA MÍDIA PARAIBANA

Quando o tema em pauta é a violência contra crianças e adolescentes, o desrespeito e a negligência ao que é estabelecido pelo Estatuto, acabam também sendo desrespeitando o direito dos cidadãos (leitores e audiências) à informação qualificada. Neste sentido, são muitas as marcas dos “crimes diários” cometidos pela imprensa contra o leitor brasileiro (ANDI, 2001).

O grande problema radiografado, tanto pelo Grupo de Análise da Mídia do projeto “Balas Perdidas” (ANDI, 2001), quanto pela análise da clipagem⁶ feita por nós através do projeto *A Comunicação como Ferramenta de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente* constatou que a maioria das reportagens analisadas é construída a partir de Boletins de Ocorrência das delegacias (BOs). A maioria dos relatos não avança em soluções. As matérias que envolvem política e economia no Estado da Paraíba são partidárias, e costumam expor as boas e as más intenções dos atuais governantes. A preocupação é mais entre a “briga” para a corrida governamental do que com a violação dos direitos das crianças. Não existe o “pré” e o “pós”, ou seja, o

⁶ Foram analisados os jornais Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba entre os dias 5 de janeiro e 27 de fevereiro 2010.



que levou a ser negligenciado determinado direito garantido pelo Estatuto e qual sua solução.

No Correio da Paraíba, por exemplo, entre as notícias envolvendo crianças e adolescentes publicadas nos meses de Janeiro de Fevereiro (118), a maioria tratava de educação (12,7%). Entretanto, o conteúdo das matérias tratavam do começo das aulas e da paralisação dos professores que começaria em março. Em nenhuma foi achado o “pré” e o “pós”. O Jornal da Paraíba publicou nesse mesmo período 105 matérias com a pauta criança e adolescente. A maioria também tratava de educação (19%), mas com as mesmas deficiências do Correio.

As notícias sobre evasão escolar são totalmente descritivas. Não responsabilizam ninguém nem cobram qualquer tipo de solução. Apenas dizem sobre os altos índices de evasão que são encontrados no Estado.

De longe, as notícias sobre violência e homicídio envolvendo crianças e adolescentes foram muito usadas. Entretanto, eram simples BOs. Sem investigação nem soluções apontadas. A notícia publicada nos dois jornais sobre o “estrangulamento” de um adolescente no Lar do Garoto, em Lagoa Seca - PB, ouviu apenas a opinião do delegado nas duas reportagens: não ouviu a opinião dos adolescentes envolvidos nem trouxe luz sobre o porquê daquele adolescente ter sido enforcado. (JORNAL DA PARAÍBA (A); CORREIO DA PARAÍBA, 09 de fev. de 2010). O Correio da Paraíba chegou a publicar em sua capa do dia 18 de fevereiro de 2010 a foto de um adolescente de 15 anos que havia sido esfaqueado na cabeça. Na foto, o adolescente é levado para o hospital ainda com a faca presa na cabeça acompanhado de policiais.

As notícias sobre violência, abuso e exploração sexual também apresentam sérios problemas. Na matéria intitulada “Tenente é acusado de violentar uma menina de 12 anos” (JORNAL DA PARAÍBA, 12 fev. 2010b) além de ter relatado apenas o factual e ouvido apenas a versão do delegado, não foi utilizada uma linguagem adequada ao tema em um dos jornais. No Jornal da Paraíba, ela foi apresentada com uma grande manchete na página 3 do caderno Cidades. Entretanto, a matéria não foi vulgar, nem colocou qualquer termo que gerasse algum tipo de sensacionalismo. Já o Correio apresentou a mesma informação na página 5 do caderno de cidade com o título “Delegado vai indiciar tenente por estupro” (CORREIO DA PARAÍBA, 13 de fev. de 2010). O jornal não deu o mesmo destaque que seu concorrente, porém, utilizou a palavra “estupro” de maneira desnecessária. Além disso, o Correio ouviu a opinião do advogado do tenente e



finalizou a matéria com a “promessa” de que o policial tinha se comprometido a casar com a menina com a autorização dos pais.

É bom lembrar que a diferença de tratamento da informação entre os dois jornais não parece seguir uma linha editorial específica. Os cuidados tomados pelo Jornal da Paraíba ao abordar a questão da violência sexual parecem mais ter sido cuidados específicos da jornalista que assinou a matéria⁷. Isso porque em notícia publicada anteriormente no caderno Cidades na página 3 com o título “Pedreiro é preso por tentativa de estupro contra duas crianças” (JORNAL DA PARAÍBA, 16 de fev. de 2010b), nota-se uma série de erros: foi utilizada uma linguagem sensacionalista. Além disso, é feita uma descrição desnecessária da violência sexual. A única ouvida para a construção da notícia foi à polícia militar de Souza. Os mesmos defeitos de redação foram encontrados em outras reportagens do dia 18 de fevereiro na página 3 do caderno de cidades intitulada “Homem é suspeito de abusar sexualmente de um menino” (JORNAL DA PARAÍBA, 18 de fev. de 2010c).

A importância de se usar uma linguagem correta⁸ nas notícias relacionadas a abuso e exploração sexual evita a revitimização da criança. Além disso, esse tipo de enfoque sensacionalista gera na sociedade um sentimento de impotência ou de intolerância, ajudando a banalizar o problema (ANDI, 2010).

Para se ter uma idéia de alguns problemas de pauta nos dois jornais, mesmo com a mortalidade infantil na Paraíba sendo a 4ª maior do país de acordo com o IBGE (XAVIER, 2009a), as notícias relacionadas à saúde foram as que menos apareceram nos dois jornais: 2,6% no Correio e 1,9% no Jornal da Paraíba.

É importante ressaltar que existem exemplos de boas matérias nos dois jornais como a do Correio da Paraíba intitulada “Meus pais se separaram, e agora?” que relata os problemas advindos da separação dos pais assinada por Rebbeca Ricarte (CORREIO DA PARAÍBA, 17 de jan. de 2010c). A reportagem foi publicada na página B8 e trazia a opinião de especialistas sobre os problemas advindos com a separação. Outro bom exemplo de cuidado com o conteúdo da informação relacionada à criança e ao adolescente é a matéria “Falta de estrutura familiar deixa adolescente em situação de risco”, publicado no caderno de cidades na página 4 e assinada por João Paulo Mendes (JORNAL DA PARAÍBA, 31 de jan. de 2010). A reportagem mostrava a ligação que

⁷ Natália Xavier, que a julgar por outras matérias de violência, tomou o cuidado de utilizar as expressões adequadas de acordo com a ANDI.

⁸ Os temas a serem utilizados numa matéria jornalística podem ser encontradas no site: violenciasexual.andi.org.br



existe entre a falta de estrutura de uma família e os atos infracionais cometidos por adolescentes e apontava algumas soluções para a ausência de pais e responsáveis pelas crianças. Entretanto, quando comparado com todas as notícias, o número ainda é muito baixo.

PROJETO “A COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA DA GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE”

Diante desse quadro, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Humano (SEDH/PB), com apoio executivo da Associação de Prevenção à AIDS (AMAZONA), do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-PB) e da Petrobras com repasse de recursos financeiros ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA), criaram o projeto “A comunicação como Ferramenta de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. O objetivo é assegurar maior divulgação das ações e atividades que tratam de assuntos sobre crianças e adolescentes realizadas por entidades do governo e da sociedade civil. Com isso, pretende-se melhorar a articulação e comunicação entre órgãos oficiais e entidades que atuam na garantia de direitos para crianças e adolescentes.

Outro objetivo do projeto é promover atividades que provoquem jornalistas e radialistas a veicularem produtos jornalísticos de maneira contextualizada pró-crianças e adolescentes. O intuito é fortalecer a prática e a garantia de direitos, bem como estimular a participação coletiva de crianças, adolescentes, famílias, escolas e comunidades nas discussões, formulações de propostas e encaminhamentos das prioridades de políticas públicas. Criando assim um novo olhar em favor de uma cultura da infância e adolescência, com maior envolvimento da sociedade.

Para isso, o projeto pretende formar e capacitar profissionais da comunicação paraibana. Através de oficinas que ocorrerão nas redações dos veículos, os jornalistas serão orientados a dar um novo enfoque na divulgação da informação sobre crianças e adolescentes. Também aprenderão as expressões adequadas a serem utilizadas quando se abordar notícias sobre jovens. Dentro das oficinas, os jornalistas seguirão recomendações da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI). A agência foi criada em 1993 pelos jornalistas Âmbar de Barros e Gilberto Dimenstein e tem como missão:

Contribuir para a construção, nos meios de comunicação, de uma cultura que priorize a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, considerando que democratizar o acesso a estes direitos é



condição fundamental para a equidade social e para o desenvolvimento humano (ANDI, 1993).

Além disso, o projeto pretende, durante esse ano de 2010, realizar várias atividades em comemoração aos 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dentre elas:

Promoção e divulgação dos direitos e garantias de criança e adolescente – O projeto pretende tanto dar maior visibilidade quanto divulgar atividades realizadas a fim de garantir o combate às violações de direitos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Campanhas para comunicadores e formadores de opinião – Fazer um concurso para jornalistas sobre os 20 anos do ECA nas áreas de Televisão, Rádio, Jornal e Internet. O objetivo é aumentar a veiculação sobre direitos das crianças e dos adolescentes e uma maior abertura em programas locais. Com isso, o projeto pretende ajudar na formulação de políticas públicas para ajudar a garantir os direitos previstos no Estatuto.

Capacitação para radialistas e jornalistas – Para garantir uma melhor atuação profissional frente à cobertura dos direitos de crianças e adolescentes, serão realizadas oficinas para jornalistas dentro das redações dos veículos de comunicação do Estado.

Campanhas de premiação para empresas de comunicação – A fim de estimular a produção e veiculação de notícias referentes à garantia dos direitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, o projeto premiará empresas de comunicação que aderirem a proposta.

Campanha de premiação junto às escolas públicas – O projeto também pretende envolver as escolas públicas da Paraíba. Estão sendo realizadas oficinas, junto aos alunos, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Essas oficinas terão como resultado, jornais feitos pelos próprios alunos das escolas sobre o Estatuto.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS CRIANÇA. PB

O projeto tem como principal veículo para a divulgação das ações o site Criança.pb (www.crianca.pb.gov.br). O site é uma agência de notícias que visa disseminar a cultura de proteção e defesa dos direitos da infância e da adolescência. O Criança.pb vai favorecer a veiculação de matérias pautadas na garantia dos direitos previstos no ECA, além de dar maior visibilidade às boas práticas das organizações governamentais e não governamentais em favor da criança e do adolescente.



No site, pode ser encontrado um “Banco de pautas” para que os jornalistas possam se pautar e observar outras abordagens à cobertura de notícias relacionadas a crianças e adolescentes.

Na barra do lado direito do site, pode ser encontrado um contador que notifica todas as ocorrências de violência sofridas por crianças e adolescentes no Estado da Paraíba (ver Figura1). Os dados poderão ser usados para analisar a situação da violência infantil. O contador também possui dados estatísticos que servirão para produção de reportagens e notícias sobre o tema.

O contador é alimentado diariamente com as informações levantadas juntos aos órgãos competentes (Conselhos Tutelares, hospitais e delegacias especializadas) que registram as denúncias de negligência, violência física, violência psicológica, abuso e exploração sexual, pedofilia, homicídio, entre outras.⁹



Figura 1. Disponível em: www.crianca.pb.gov.br. Acesso em: 07 mai. 2010.

CONCLUSÃO

Os meios de comunicação podem ser usados como uma importante ferramenta para as mudanças sociais. Mas isso só é possível com uma imprensa que esteja comprometida na luta por mudanças sociais. As reportagens “descritivas” que são

⁹ As ocorrências notificadas pelo contador são: Acidente de trânsito, afogamento, abuso sexual, envenenamento, exploração sexual, estrangulamento, homicídio, duplo homicídio, triplo homicídio, latrocínio, negligência, violência física e psicológica.



oferecidas diariamente ao leitor indicam que ele está sendo informado pela metade. (ANDI, 2001).

Mais cruzamento de dados, contextualização de matérias, consulta de fontes alternativas e apresentação de soluções são alguns dos caminhos traçados que podem ajudar a melhorar as reportagens dirigidas diariamente aos cidadãos paraibanos. A transformação do fenômeno social da violência em casos de polícia se torna preocupante.

A necessidade do projeto “A comunicação como ferramenta de garantia dos direitos da criança e do adolescente” é um importante caminho para se chegar a qualquer mudança na imprensa local. O projeto se faz necessário principalmente por tratar de assuntos relacionados à garantia dos direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O futuro de qualquer país está nas mãos dos pequenos. Se uma nação não cuida das suas crianças, ela está jogando fora todo seu futuro. (DIMENSTEIN, 1995, p. 8). E pra isso, a imprensa é a principal agente social capaz de garantir na prática que as leis sejam tiradas do papel.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. **Balas perdidas**: um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da violência. Brasília: Policor, 2001. Disponível em: http://www.andi.org.br/_pdfs/BalasPerdidas.pdf. Acesso em 05 de mai. de 2010.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: um guia para jornalistas. Belo Horizonte, MG: Rede Andi Brasil, 2009. Disponível em: http://www.catavento.org.br/arquivos/guia_eca_160609_web.pdf. Acesso em: 06 mai. 2010.

CASTRO, Erika. Adolescente é estrangulado por colegas no Lar do Garoto. Correio da Paraíba, João Pessoa, 09 de fev. de 2010. Caderno Cidades, pág. 6;

CAMPOS, Maria Amélia Tostes Filgueiras; VIEIRA, Carmen Dulce Diniz and MOTA, Joaquim Antônio César. **A infância sem segredos: a noticiabilidade jornalística do crime de exploração sexual de crianças e adolescentes**. Interface – Comunicação, Saúde, Educação. v.13, n.30, p.17-29, jul./set. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v13n30/v13n30a03.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2010.

COTTA, Pery. **Calandra**: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1997.

Delegado vai indiciar tenente por estupro. Correio da Paraíba, João Pessoa, 13 de fev. de 2010. Caderno Cidades, pág. 5;



DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

IJUIM, Jorge. URQUIZA, Moema. **Autoria e Humanização em Neide Duarte**. Estudos em Jornalismo e Mídia - Ano VI - n. 1 pp. 85 - 97 jan./jun. 2009. Disponível em <http://posjor.ufsc.br/public/docs/237.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2010

LANDINI, Tatiana Savoia. **Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração**. Cad. Pagu [online]. 2006, n.26, pp. 225-252. Disponível em [http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/Pagu/2006\(26\)/Landini.pdf](http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/Pagu/2006(26)/Landini.pdf). Acesso em: 06 mai. 2010

MEDEIROS, João Paulo. Falta de estrutura familiar deixa adolescente em situação de risco. Jornal da Paraíba, João Pessoa, 31 de jan. de 2010. Caderno Cidades, pág. 4

MELO, Rostand. Adolescente é estrangulado enquanto dormia em abrigo. Jornal da Paraíba, João Pessoa, 09 de fev. de 2010. Caderno Cidades, pág. 4 (A);

_____. Pedreiro é preso por tentativa de estupro contra duas crianças. Jornal da Paraíba, João Pessoa, 16 de fev. de 2010. Caderno Cidades, pág. 3 (B);

_____. Homem é suspeito de abusar sexualmente de um menino. Jornal da Paraíba, João Pessoa, 18 de fev. de 2010. Caderno Cidades, pág. 3 (C);

OLIVEIRA, Joelma. **Mídia: os direitos humanos e a cidadania da criança e do adolescente**. João Pessoa: Revista Eletrônica Temática, 09/10/2004. Disponível em: <http://www.insite.pro.br/2005/25-M%C3%ADdia%20os%20direitos%20humanos%20e%20a%20cidadania%20da%20crian%C3%A7a%20e%20do%20adolescente.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2010

PAIVA, Uilson. **Mídia no Brasil é deseducadora e imbecilizante, acusa Dimenstein**. Disponível em <http://www.reportersocial.com.br>. Acesso em: 03 mai. 2010

RIBEIRO, Bruno. **Todos na Escola**. Disponível em <http://www.crianca.pb.gov.br/site/?p=2157>. Acesso em: 06 mai. 2010

RICARTE, Rebbeca. **963 vítimas de homicídio na PB**. Disponível em <http://www.crianca.pb.gov.br/site/?p=450> (A). Acesso em: 06 mai. 2010

_____. **87,5% dos violentados são crianças e adolescentes**. Disponível em <http://www.crianca.pb.gov.br/site/?p=456> (B). Acesso em: 06 mai. 2010

_____. **Meus pais se separaram, e agora?** Correio da Paraíba, João Pessoa, 17 de jan. de 2010. Caderno Cidades, pág. B8 (C).



RODRIGUES, Eliana Aparecida Palu. **A dimensão social da violência infanto-juvenil.** Disponível em: http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_violencia.htm. Acesso em: 28 abr. 2010

SILVA, Edson. **O papel da mídia no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.** Disponível em <http://www.violes.unb.br/artigos/Papel%20midia%20ESCA.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2010

THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna:** Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa.** São Paulo: MartinsFontes, 2005.

XAVIER, Natália. **Mortalidade Infantil na Paraíba é a 4º maior do País, segundo IBGE.** Jornal da Paraíba: 02/12/2009 (A). Disponível em: http://www.paraiba1.com.br/Noticia/32975_MORTALIDADE+INFANTIL+NA+PARAIBA+E+A+4%C2%AA+MAIOR+DO+PAIS+SEGUNDO+IBGE.html. Acesso em: 06 mai. 2010

_____. Tenente é acusado de violentar uma menina de 12 anos. Jornal da Paraíba, João Pessoa, 12 de fev. de 2010. Caderno Cidades, pág. 3 (B);